



CALL FOR PAPERS

Bioeconomia e Negócios Inovadores e Sustentáveis no Contexto da Gestão de Recursos Naturais e Enfrentamento às Mudanças Climáticas na Amazônia

PRAZOS IMPORTANTES

Submissão do texto completo: até 15 de julho de 2024.

Conclusão do processo de avaliação: até 15 de outubro de 2024.

Publicação da edição especial (expectativa): novembro/dezembro de 2024.

EDITORES CONVIDADOS

- Mário Vasconcellos Sobrinho** – Universidade Federal do Pará, Brasil (mariovasc25@gmail.com)
- Mariluce Paes-de-Souza** – Universidade Federal de Rondônia, Brasil (mariluce@unir.br)
- Ana Maria de Albuquerque Vasconcellos** – Universidade da Amazônia, Brasil (anamaria.vasconcellos@unama.br)
- Irma Garcia-Serrano** – Universidad Central Del Ecuador, Equador (iggarcia@uce.edu.ec)
- Emilio F. Moran** – Michigan State University, Estados Unidos; Universidade de Campinas, Brasil (moranf@msu.edu)

TEMÁTICA DA CHAMADA

Desde a década de 1990, o debate sobre a necessidade de gestão de recursos naturais para o desenvolvimento regional sustentável na e da Amazônia se apresenta proeminente. No contexto desse debate pelo menos quatro grandes vertentes teóricas se apresentaram como alternativas econômicas para alicerçar o desenvolvimento regional (Vasconcellos, 2013).

A primeira defende a verticalização produtiva de recursos (até então proeminentes exportadores), tais como ferro, manganês, madeira e produtos vinculados ao agronegócio. A geração de commodities está no centro dessa proposição.

A segunda vertente fundamenta-se na pequena agricultura familiar, uma vez que a maior parte dos negócios e população rural e regional está a ela vinculada e, portanto, seria o caminho para geração de trabalho e renda para o desenvolvimento regional. A inclusão de pequenas propriedades rurais amazônicas a partir de políticas públicas envolve a garantia de preços mínimos para produtos da biodiversidade.

A terceira vertente articula-se com a discussão sobre a pequena agricultura familiar e propõe um caminho baseado no desenvolvimento alternativo fundado na economia social, solidária e cooperativa.

E a quarta vertente propõe o desenvolvimento baseado no extrativismo manejado e/ou manutenção da floresta para fins do sequestro de carbono e compensação ambiental. Consequentemente, as sociedades industrializadas deveriam pagar por este serviço ambiental. Esta proposta baseia-se na valorização da cultura das comunidades locais e originárias, pois seriam estas as maiores conhecedoras da floresta. Esta última vertente está intimamente vinculada à necessidade de enfrentamento às mudanças climáticas cada vez mais sentidas em todas as partes do planeta. Nesta vertente encontram-se discussões sobre títulos verdes, redução de emissões de gases de efeito estufa (REDD+), serviços ecossistêmicos e pagamentos por serviços ambientais.

Entretanto, notadamente nos últimos cinco anos tem emergido um debate que em parte concilia as três últimas correntes teóricas por via de uma nova proposição denominada bioeconomia (Costa et al., 2021; Nobre & Nobre, 2019). Esta se baseia no entendimento de que é preciso que a Amazônia utilize sua diversidade sociobiológica e cultural para implementar novos e inovadores arranjos de negócios que conciliem a conservação da natureza e a cultura regional com o desenvolvimento tecnológico. Trata-se de uma proposição que tem a ciência, a tecnologia e a inovação (Bioökonomierat, 2018; Lopes & Chiavari, 2022) como suporte a novos negócios. De acordo com a Global Bioeconomy Summit (2015), tem-se o entendimento de que a bioeconomia é "... a produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo conhecimento relacionado, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em todos os setores econômicos visando a uma economia sustentável".

Embora a proposição teórica inicial da bioeconomia se apresente como uma 'nova alternativa' para o desenvolvimento sustentável regional, há muitas críticas sobre essa interpretação (Vivien et al., 2019), sobretudo utilizando o argumento de que os eixos centrais da proposta (biorrecursos para economia e desenvolvimento) sempre estiveram presentes em todos os modelos de desenvolvimento implementados na região.

A emergente vertente bioeconômica também tem sido colocada como aquela que pode conciliar a diversidade sociobiológica e cultural regional, os pequenos produtores familiares (agricultura ou neoextrativismo) e a prestação de serviços ambientais pela conservação e/ou recomposição da floresta, precisamente pelo viés da bioeconomia ecológica. Com efeito, bioeconomia ecológica é aquela que se preocupa com os processos ecológicos para promover a biodiversidade e evitar a monocultura e a degradação do solo (Bugge et al., 2016). Mas, para isso, há necessidade de implementar novos modelos de negócios que evidentemente implicam uma perspectiva inovadora e sustentável.

Destaca-se que os conceitos de tecnologia e inovação no contexto da bioeconomia na Amazônia não são constituídos somente sob a perspectiva clássica, mas também na relação entre conhecimento científico e os conhecimentos locais e tradicionais. Isso quer dizer que negócios inovadores e sustentáveis de base amazônica advêm tanto de inovações tecnológicas clássicas quanto de inovações sociais e inovações sociotécnicas. A centralidade dos negócios é o uso apropriado da diversidade sociobiológica e cultural regional. Negócios inovadores sustentáveis envolvendo a socioagrobiodiversidade amazônica se inscrevem em uma perspectiva de valorização e reconhecimento dos saberes locais e conhecimentos tradicionais sobre o uso e aproveitamento de recursos naturais que podem ser entendidos como ativos e atributos territoriais. Com efeito, nesses negócios requer-se a justa apropriação do valor do trabalho e dos conhecimentos no contexto da apropriação dos benefícios.

Dado o amplo espectro que a bioeconomia traz e, consequentemente, a enorme diversidade de negócios baseados em produtos, processos e serviços em vários setores econômicos, vê-se como importante debater mais profundamente o significado de bioeconomia, seja por uma perspectiva positiva, seja por um viés crítico, assim como vê-se interessante discutir casos e proposições de negócios inovadores e sustentáveis na Amazônia que dialogam com esse conceito. Assim sendo, este é o objetivo desta chamada de número especial da RAC.

Aguardam-se trabalhos que tratem de forma tanto teórica quanto teórico-empírica os temas listados abaixo devidamente relacionados com bioeconomia, sustentabilidade e enfrentamento das mudanças climáticas na Amazônia:

- . Economia circular;
- . Economia criativa;
- . Economia ecológica;
- . Bioprodutos e energia;
- . Uso e aproveitamento de recursos naturais e novos negócios;
- . Negócios de impacto social e ambiental;
- . Políticas públicas e bioeconomia;
- . Bioprodutos de base tecnológica;
- . Conhecimentos locais e apropriação de benefícios;
- . Sequestro de carbono e comunidades locais;
- . Inovações em processos e serviços;
- . Inovações sociotécnicas e emergência de negócios.

REFERÊNCIAS

- Bioökonomierat. (2018). *Global Bioeconomy Summit Communiqué*. Global Bioeconomy Summit 2018. Innovation in the Global Bioeconomy for Sustainable and Inclusive. Transformation and Wellbeing. <http://stage.biooekonomierat.de/media/pdf/archiv/international-gbs-2018-communique.pdf?m=1637836879&>
- Bugge, M. M., Hansen, T., & Klitkou, A. (2016). What is the bioeconomy? A review of the literature. *Sustainability*, 8(7), 69. <https://doi.org/10.3390/su8070691>
- Costa, F. A., Ciasca, B. S., Castro, E. C. C., Barreiros, R. M. M., Folhes, R. T., Bergamini, L. L., Solyno, S. A., Sobrinho, Cruz, A., Costa, J. A., Simões, J., Almeida, J. S., & Souza, H. M. (2021). Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará. The Nature Conservancy (TNC Brasil), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Natura. https://www.tnc.org.br/content/dam/tnc/nature/en/documents/brasil/projeto_amazonia_bioeconomia.pdf
- Global Bioeconomy Summit (2015). Communiqué Global Bioeconomy Summit 2015: Making bioeconomy work for sustainable development, Berlin Birch, 2015. https://gbs2020.net/wp-content/uploads/2021/10/Communique_final_neu.pdf
- Lopes, C. L., & Chiavari, J. (2022). *Bioeconomia na Amazônia: Análise conceitual, regulatória e institucional*. Climate Policy Initiative, 2022. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/bioeconomia-na-amazonia-analise-conceitual-regulatoria-e-institucional>
- Nobre, I., & Nobre, C. (2019). Projeto 'Amazônia 4.0': Definindo uma terceira via para a Amazônia. *Futuribles*, (2), 7-20. http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Futuribles2/Futuribles2_ProjetoAmaz%C3%B4nia4.0.pdf
- Vasconcellos, M., Sobrinho. (2013). notas introdutórias sobre desenvolvimento e desenvolvimento territorial. In T. Mitschein (Org.), *Desenvolvimento local e o direito à cidade na Floresta Amazônica* (1st ed, pp. 12-36). NUMA/UFPA.
- Vivien, F. D., Nieddu, M., Befort, N., Debrefa, R., & Giampietro, M. (2019). The Hijacking of the Bioeconomy. *Ecological Economics*, 159, 189-197. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2019.01.027>

PROCESSO DE SUBMISSÃO

Autores estão convidados a submeter manuscritos que estejam de acordo com as [Diretrizes para Publicação](#) da RAC, até 15 de julho de 2024, por meio da plataforma [ScholarOne da RAC](#). Selecione a opção “SI Bioeconomy” no primeiro passo da submissão (Manuscript Type). A estrutura dos manuscritos deve seguir as instruções específicas de acordo com o tipo de manuscrito enviado e podem ser redigidos em Inglês e Português. Ao enviar o manuscrito, os autores estão certificando que a submissão é um trabalho original e não publicado, e que não está simultaneamente sob consideração em outro lugar, no todo ou em parte. Deve estar de acordo com a política da revista sobre plágio e autoplágio. Os artigos serão avaliados inicialmente (*desk-review*) pelo Editor-chefe e pelos Editores Convidados. Os artigos adequados para prosseguirem avaliação serão então submetidos a uma revisão dupla-cega por pares. O eventual aceite está sujeito aos autores abordarem com sucesso os comentários dos revisores e editores.

SOBRE A RAC. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A RAC. Revista de Administração Contemporânea foi estabelecida em 1997 e é publicada bimestralmente na modalidade de publicação contínua pela ANPAD (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração), com acesso aberto ao texto completo de seu conteúdo, revisado por pares, e disponibilizado online gratuitamente. É registrada sob o ISSN 1982-7849 (online) e ISSN 1415-6555 (versão impressa de 1997 a 2010).

A RAC aceita submissões oriundas de esforços de pesquisa suportado por diferentes abordagens, os textos submetidos devem abordar questões contemporâneas de importância regional sem perder de vista as articulações com o contexto global. Assim, o objetivo é fomentar debates, elaboração de políticas públicas e novas formas de gestão alinhadas aos desafios sociais contemporâneos. Propostas para edições especiais por convidados são incentivadas e bem-vindas. A RAC publica sete tipos de manuscrito: Artigos Teórico-empíricos; Ensaio Teórico; Artigos Metodológicos; Pensata Provocativa; Cartas Executivas; Artigos Tecnológicos; e Casos para Ensino.

A RAC está alinhada com práticas de Ciência Aberta: dados, materiais e códigos abertos, além da disseminação de informações adicionais relativas ao processo editorial. A revista é membro e subscreve os princípios do COPE - Comitê de Ética em Publicações. A RAC busca ser o principal periódico acadêmico em administração nos debates que envolvem as organizações e a sociedade em temas contemporâneos, com contribuições de alta qualidade, revisadas por pares. Assim, a RAC trabalha sempre para ser uma fonte confiável de dados, de informação, e conhecimento. Além disso, a RAC, mediante seu escopo editorial, prioriza trabalhos que explorem temas relevantes para a sociedade. E, para tanto, utiliza os temas destacados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Saiba mais em: <https://rac.anpad.org.br>

INDEXADORES E REPOSITÓRIOS DA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA



COPE | A RAC é membro e subscreve os princípios do COPE - Comitê de Ética em Publicações

Member since 2020
JM14878